



Carmópolis terá R\$ 60 milhões de orçamento em 2020

Foi aprovado pela Câmara de Carmópolis de Minas a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2020, que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício financeiro de 2020 no montante de sessenta milhões e quatrocentos mil reais, compreendendo o orçamento fiscal referentes aos poderes Executivo e Legislativo, seus fundos e órgãos da administração. Por meio de uma emenda coletiva, os vereadores reduziram de 30% para 15% o limite de abertura de créditos suplementares pelo Poder Executivo.

Página 3

Emendas dos vereadores garantem obras municipais

Pela primeira vez na história de Carmópolis de Minas, os vereadores ofereceram emendas impositivas à Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2020.

Página 3

Sem manutenção, quebra-molas perdem eficácia

Embora sejam vistos como paliativos e não como soluções, os quebra-molas são arranjos utilizados em Carmópolis de Minas para diminuir o perigo de acidentes e atropelamentos no trânsito.

Página 2

Plenário aprova concessão de subvenções e contribuições

Será repassada a instituições que operam projetos sociais a quantia de R\$ 867.000,00.

Página 5

Estacionamento Rotativo é solução para escassez de vagas no centro

A necessidade do sistema de estacionamento rotativo nas vias centrais de Carmópolis de Minas voltou a ser citada na Câmara Municipal.

Página 5



João Bosco Ribeiro

Plenário discute sobre o orçamento municipal para 2020.

Município aguarda máquinas para manutenção de estradas

Página 4

Falta de segurança ronda posto de saúde de distrito

Página 6

Requerimentos

Conheça o trabalho de cada vereador para melhorar as condições de vida dos carmopolitanos.

Página 4

Santa Casa é interditada por irregularidades



Medida foi tomada devido ao descumprimento de notificações emitidas desde o fim do ano passado e por falta do alvará de funcionamento.

Página 7

Câmara aprova novo Sistema Tributário Municipal

Lei dispõe sobre fatos geradores, incidência, alíquotas, lançamento, cobrança e fiscalização dos tributos municipais e estabelece normas de direito a eles relativas.

Página 6

Presidente presta contas de seu primeiro ano de administração

Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD) listou obras realizadas e informou que o exercício de 2019 foi finalizado com pleno êxito e normalidade.

Página 8

Conselheiro de saúde utiliza ambulância do SUS para atendimento particular

Denúncia foi feita pelo vereador Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara – líder do bloco do PSDB, que pediu esclarecimentos à Secretaria Municipal da Saúde sobre o comportamento do condutor da ambulância.

Página 6

Velório volta a ser motivo de questionamentos

Vereadores reclamam de desatenção do Executivo aos seus pedidos.

Página 5

FAIXA DE PEDESTRE É PARA SER RESPEITADA



Motorista: seja civilizado e respeite as leis de trânsito. Pare seu veículo quando alguém estiver atravessando a rua na faixa de pedestre.



Uma campanha da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas

Sem manutenção, quebra-molas perdem eficácia em Carmópolis

Embora sejam vistos como paliativos e não como soluções, os quebra-molas são arranjos utilizados em Carmópolis de Minas para diminuir o perigo de acidentes e atropelamentos no trânsito. A necessidade de instalação de mais quebra-molas na cidade e a apreensão cada vez mais visível dos já instalados, foram assuntos abordados pelo vereador Sérgio Damião Moraes (PSDB) - **foto** -, durante a sessão ordinária realizada no dia 3 de fevereiro de 2020.

O edil argumentou que muitas ruas realmente estão necessitando de consertos, mas os quebra-molas não têm merecido o devido cuidado de manutenção, sendo que alguns deles praticamente não existem mais, aumentando, assim, os



João Bosco Ribeiro

riscos nas vias públicas. Como exemplo de alternativa eficaz ele citou o serviço realizado pela Prefeitura do município de Oliveira na via que dá acesso à cidade, recentemente recapeada, tendo recebido uma sequência de "passagens elevadas de pedestres", que são ondulações mais largas, devidamente sinalizadas e

mais suaves que os quebra-molas tradicionais. Para ele, esse é um modelo mais próprio para ser instalado nas ruas de Carmópolis de Minas, cuja população não pode continuar exposta a esse tipo de risco.

Na mesma linha o vereador Dirceu da Silva (PSD) salientou o problema dos quebra-molas de Carmópolis, afirmando

que já passou da hora da Prefeitura resolver essa questão.

Também o vereador Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD) lembrou de um requerimento encaminhado por ele no início de 2019, pedindo a instalação de placas de trânsito no perímetro urbano da cidade. Para ele, uma sinalização eficiente, além de auxiliar motoristas que não conhecem a cidade, contribui para a diminuição de acidentes e de casos graves de hospitalização.

Em aparte, o presidente Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD) comentou que também havia encaminhado um requerimento solicitando a instalação das placas identificando as ruas do município, em vista das necessidades já apontadas.

Asfalto melhora condições do Bairro Jardim Boa Vista



João Bosco Ribeiro

Um trabalho de recapeamento executado pela Prefeitura de Carmópolis de Minas solucionou problemas no Bairro Jardim Boa Vista. O assunto foi abordado pelo vereador José Munir Machado (PSDB) - **foto acima** -, durante a sessão ordinária realizada no dia 3 de fevereiro de 2020.

O parlamentar agradeceu ao vice-presidente da Casa, Marcelo de Freitas dos Reis (DEM), que juntamente com o prefeito em exercício José Omar Paolinelli (PSD) percorreu o local, tendo conseguido cinquenta toneladas de massa asfáltica para uma operação tapa-buracos, que acabaram sendo insuficientes. Em contato com o prefeito e com o secretário de Obras Carlos Antônio Nascimento, Munir conseguiu o recapeamento de parte da Rua Geraldo Franklin da Silva, serviço considerado por ele como de boa qualidade.

Sobre o tema, Marcelo afirmou, na mesma sessão, ter conhecimento de que outros vereadores solicitaram da Prefeitura uma operação tapa-buracos para aquele bairro, inclusive ele, mas não foram atendidos. O vice-presidente acrescentou que às vezes é preciso contar com a sorte. Narrou ter sido procurado por um grupo de moradores, que lhe enviaram vídeos mostrando a situação do bairro.

De posse do material, ele encaminhou um ofício ao prefeito em exercício José Omar, solicitando a ele que fosse até o bairro para constatar a gravidade dos problemas. Dessa forma o serviço foi conseguido em menos de quinze dias, tempo em que o vice-prefeito esteve à frente do Poder, tendo os moradores ficado muito gratos a José Omar. "O importante é que a obra foi realizada, independentemente de qual vereador tenha feito o pedido", argumentou Marcelo.

Enxurrada continua invadindo casas no Bom Jardim



João Bosco Ribeiro

Continuam provocando muito desconforto as casas que são invadidas pelas águas das chuvas no distrito de Bom Jardim das Pedras, município de Carmópolis de Minas. De acordo com o vereador João Francisco Vieira (PSD) - **foto** -, os moradores estão sofrendo com o problema há vários anos.

O assunto foi abordado por ele na sessão legislativa ordinária realizada no dia 10 de fevereiro de 2020, quando pediu ao prefeito Geraldo Antônio da Silva (PSD) que tome as devidas providências, que seriam simples, bastando construir um quebra-molas em cada extremo da via, desviando a enxurrada e impedindo, assim, que continue invadindo as residências.

João Francisco também afirmou que está sendo muito cobrado sobre a necessidade de reparos em dois mata-burros que se encontram quebrados, sendo um no Povoado do Areão e outro na comunidade das Cabeceiras. Ele solicitou ao líder do governo na Câmara, vereador Geraldo Lucas (DEM) que levasse a reivindicação ao prefeito e ao secretário municipal de Obras.

Moradores cobram instalação de redutores

Moradores de Carmópolis de Minas continuam solicitando a instalação de redutores de velocidade em vários pontos da cidade. A afirmação é do vice-presidente da Câmara, vereador Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) e foi feita durante a sessão ordinária do Legislativo realizada no dia 10 de fevereiro de 2020. Ele disse que a população cobra a presença dos redutores de velocidade em pontos que são realmente perigosos e acredita que a empresa responsável pela elaboração do Plano de Mobilidade Urbana tenha apontado os locais que realmente necessitam deles. E pediu para que o líder do governo encaminhe as soluções que vêm sendo requeridas há bastante tempo.

Sobre o tema o vereador José Munir Machado (PSDB) fez uma indicação verbal, pedindo a instalação de um quebra-molas próximo ao Supermercado Araújo, onde, segundo o seu relato, quase ocorreu um atropelamento de uma criança, fato presenciado por ele. Munir afirmou que o local é realmente perigoso e teme que ali possam ocorrer acidentes graves, caso a providência não seja tomada.

Dirceu da Silva (PSD) reforçou os argumentos apresentados e pediu diretamente à liderança do governo na Casa, que levasse ao prefeito a necessidade de instalação de redutores na saída para o distrito de Bom Jardim das Pedras, em vista do perigo crescente de acidentes naquele local. Preocupado com os riscos, um morador criticou a demora no atendimento da solicitação, questionando se os políticos estariam aguardando o período eleitoral para instalar os quebra-molas. "Dessa forma fica parecendo que os vereadores é que são os culpados", afirmou o vereador.

Dirceu registrou, também, a cobrança, por parte de pessoas residentes na pracinha existente próximo ao

prédio da Câmara Municipal, para que o quebra-molas ali existente seja realocado um pouco mais à frente. Dirceu concordou com os moradores, pois de acordo com ele, no local já ocorreram muitos acidentes, inclusive com uma morte, tudo por falta de um redutor no lugar certo.

Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara - líder do bloco do PSDB voltou a falar sobre as alterações do trânsito realizadas em frente à agência do Banco do Brasil. Segundo ele, o problema foi resolvido somente para os veículos, deixando a desejar especialmente na faixa de pedestres das ruas Luis Alves e Dom Alexandre Lopes do Amaral, onde o motorista tem duas opções: ficar parado aguardando infinitamente a passagem de pedestres ou desrespeitar a norma, em vista da falta de visibilidade de quem vem da Rua Luis Alves. Mas ao desrespeitar a faixa, o condutor já encontra outra logo à frente, aumentando os riscos de atropelamentos. Ele pediu que a Comissão de Trânsito observe o problema, que ocorre especialmente nos períodos de maior movimento. Uma solução seria mudar a faixa de pedestre um pouco mais para frente.

O secretário da Mesa Diretora, vereador Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD) lembrou que os vereadores, inclusive ele, têm vários pedidos de quebra-molas, destacando a saída para o distrito do Bom Jardim e Bairro Lava-pés, cujo pedido foi feito por meio de um abaixo-assinado com cerca de 70 assinaturas. Para ele, a melhor maneira de encaminhar soluções seria convidando a responsável pelo desenvolvimento do Plano de Mobilidade Urbana, professora Nádia Cristina dos Santos Sudário, para falar aos vereadores, pois somente ela possui informações técnicas capazes de apontar soluções mais eficazes.

Jornal da Câmara

Órgão oficial da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas (MG)

Instituído pela resolução 05, de 22 de dezembro de 2010

Editor - João Bosco Ribeiro - reg. MG 3655 JP

Mesa Diretora da Câmara - 2019/2020

Presidente: Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD)

Vice presidente: Marcelo de Freitas dos Reis (DEM)

Secretário: Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD)

Tesoureiro - Célio Roberto Azevedo (PSD)

Endereço: Rua Dorvelino Rabelo Costa, n.º 38 - Centro

Carmópolis de Minas - MG - CEP 35.534-000

Tel.: (37) 3333-1704 e 3333-2299

www.camaracarmopolis.mg.gov.br / camara@camaracarmopolis.mg.gov.br

Edição

Jornal GAZETA DE MINAS - Oliveira MG

Tel.: 37 3331-4486 www.gazetademinas.com.br

Impressão - Gazeta de Minas Gráfica e Editora Ltda.



Para evitar o mosquito transmissor, não deixe água parada em sua residência.

Carmópolis terá R\$ 60 milhões de orçamento em 2020

Foi aprovado pela Câmara de Carmópolis de Minas a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2020, que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício financeiro de 2020 no montante de sessenta milhões e quatrocentos mil reais, compreendendo o orçamento fiscal referentes aos poderes Executivo e Legislativo, seus fundos e órgãos da administração. Por meio de uma emenda coletiva, os vereadores reduziram de 30% para 15% o limite de abertura de créditos suplementares pelo Poder Executivo.

Pelo projeto aprovado, o prefeito foi autorizado a realizar operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do município, observado os preceitos legais aplicáveis à matéria. Utilizar reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020. Realizar a transposição ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, por ato do chefe do Poder Executivo, em decorrência da alteração na estrutura dos órgãos da administração direta e para atender às necessidades de execução, desde



João Bosco Ribeiro

Mesa Diretora: discussão e encaminhamento das emendas impositivas propostas pelos vereadores.

que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito. Realocar saldos dentro da mesma categoria de programação, criando, quando necessário, novos elementos de despesa.

As fontes de recursos aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se devidamente publicadas por meio de ato do Poder Executivo. Fica o Poder Executivo

autorizado a realizar movimentação de Fontes e Destinação de Recursos nas dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias. Não será aprovado projeto de lei que implique no aumento das despesas orçamentárias, sem a indicação das fontes e destinação de recursos.

Fica o Poder Executivo autorizado a promover, durante a execução orçamentária de 2020, a movimentação das fontes de recursos previstas na arrecadação de receitas e fixação das despesas, da seguinte forma: I - inclusão

de novas Fontes e Destinação de Recursos não previstos na estimativa da receita para 2020; II - transferência ou alteração entre Fontes e Destinação de Recursos não previstos na estimativa da receita para 2020; III - inclusão de novas Fontes e Destinação de Recursos não previstos na fixação das despesas para o exercício de 2020; IV - transferência ou alteração entre Fontes e Destinação de Recursos não previstos na fixação das despesas para o exercício de 2020.

As Fontes e Destinação de Recursos utilizadas na inclusão, transferência ou alteração deverão obedecer à codificação definida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

O repasse financeiro dos recursos correspondentes às dotações orçamentárias do Poder Legislativo, para o exercício financeiro de 2020, será feito em duodécimo mensal segundo a receita arrecadada.

Acompanham a Lei os seguintes anexos: QUADRO I – Receita Orçamentária por categoria e fonte; QUADRO II – Despesa orçamentária por funções de governo; QUADRO III – Despesa orçamentária por órgãos e unidades; QUADRO IV – Resumo das receitas e despesas por entidade; QUADRO V – Resumo das Transferências financeiras por entidades; QUADRO VI – Orçamento de Investimentos.

Vereadores reduzem limite de suplementação orçamentária

Por meio de emenda ao Orçamento Municipal de 2020, vereadores de Carmópolis de Minas reduziram para 15% o limite do Poder Executivo Municipal para abrir créditos suplementares.

Com a mudança, o Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de quinze por cento da despesa total fixada no Orçamento do Município, mediante decreto do Executivo e respeitadas as prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

A emenda foi assinada pelos vereadores Marcelo de Freitas dos Reis (DEM); Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD); Célio Roberto Azevedo (PSD); Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara – líder do bloco do PSDB; Dirceu da Silva (PSD); João Francisco Vieira (PSD); José Munir Machado (PSDB); Onaldo José dos Santos (PSDB) e Sérgio Damião Morais (PSDB).

Os parlamentares justificaram a iniciativa, tendo em vista que no exercício de 2019 a Prefeitura usou aproximadamente 11,5% de suplementação, de acordo com esclarecimentos prestados pela assessoria contábil do Poder Executivo. Baseado no que foi utilizado, os vereadores entenderam não ser necessário aprovar um limite de 30% da despesa total fixada no Orçamento do Município, conforme proposto pelo prefeito.

Emendas dos vereadores garantem obras municipais em 2020

Pela primeira vez na história de Carmópolis de Minas, os vereadores ofereceram emendas impositivas à Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2020. A Emenda Impositiva é o instrumento pelo qual os vereadores podem apresentar alterações à Lei Orçamentária Anual (LOA) destinando recursos para determinadas obras, projetos ou instituições. No caso de Carmópolis de Minas, a cada vereador coube uma cota de até R\$ 58.778,18.

Abaixo publicamos as seis emendas apresentadas e aprovadas por unanimidade pelo plenário do Legislativo.

EMENDA IMPOSITIVA N° 01

Vereadores - Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara (PSDB); José Munir Machado (PSDB); Onaldo José dos Santos (PSDB) e Sérgio Damião Morais (PSDB)
Valor - R\$ 235.112,72.

Destinação - Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora do Carmo, para aquisição de equipamentos, ampliação e reforma.

EMENDA IMPOSITIVA N° 02

Vereadores - Geraldo Lucas (DEM) e Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD)
Valor - R\$ 117.556,36

Destinação - R\$ 58.778,18 para obras de ampliação ou reforma no ESF Antônio Azevedo Leite, no Povoado São José; R\$ 58.778,18 para aquisição de materiais, obras de ampliação ou reforma do Prédio Público Municipal localizado no Povoado São José de Carmópolis, Escola Municipal Geni Azevedo.

EMENDA IMPOSITIVA N° 03

Vereadores - Dirceu da Silva (PSD) e Célio Roberto

Azevedo (PSD)

Valor - R\$ 117.556,36

Destinação - Para cirurgias de alta e média complexidade.

EMENDA IMPOSITIVA N° 04

Vereador - Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD)

Valor - R\$ 58.778,18

Destinação - R\$ 29.389,09 para a pavimentação das ruas Padre Eustáquio e Formosa, no Bairro Aparecida, Carmópolis de Minas (MG); R\$ 29.389,09 para aquisição de equipamentos, material de consumo, ampliação e obras no ESF José Fausto Rabelo, localizado no Bairro Cacimba, Carmópolis de Minas (MG).

EMENDA IMPOSITIVA N° 05

Vereador - João Francisco Vieira (PSD)

Valor - R\$ 58.778,18

Destinação - R\$ 29.389,09 para a pavimentação da Rua Aniel Agreste, no Povoado do Bom Jardim das Pedras, de Carmópolis de Minas (MG); R\$ 29.389,09 para ampliação, reforma e aquisição de equipamentos no ESF da Comunidade do Bom Jardim das Pedras, Carmópolis de Minas (MG).

EMENDA IMPOSITIVA N° 06

Vereador - Marcelo de Freitas dos Reis (DEM)

Valor - R\$ 58.778,18

Destinação - R\$ 29.389,09 para o recapeamento em parte da Rua Newton Ferreira Leite e Juca Percílio, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, de Carmópolis de Minas (MG); R\$ 29.389,09 para ampliação, reforma e aquisição de equipamentos no Asilo São Vicente de Paula, em Carmópolis de Minas.

Município aguarda máquinas para manutenção de estradas

Respondendo a questionamentos de vereadores a respeito do precário estado de conservação das estradas rurais de Carmópolis de Minas, o líder do governo no plenário da Câmara Municipal, vereador Geraldo Lucas (DEM) - *foto ao lado* -, informou, durante a sessão ordinária realizada no dia 17 de fevereiro de 2020, que a Prefeitura conta com uma motoniveladora alugada e aguarda uma nova máquina conseguida pelo deputado federal Domingos Sávio (PSDB-MG), juntamente com um rolo compactador que deverá chegar em março.

Lucas adiantou que a Prefeitura trabalha para reforçar o seu maquinário, com vistas a atender a zona rural com a máxima presteza e no limite do possível.

Os problemas existentes nas estradas rurais foram motivo de manifestação do vereador José Munir Machado (PSDB). Ele disse que as chuvas vão cessar e é preciso iniciar logo os consertos, mesmo que se tenha que trabalhar nos sábados, domingos e feriados.



João Bosco Ribeiro

Munir argumentou que os funcionários não têm culpa de ficarem parados por muitos dias, por conta do tempo chuvoso, mas caso o trabalho não seja redobrado, Carmópolis ficará sem estradas, prejudicando o escoamento da produção, gerando problemas para o setor rural, especialmente para os tomaticultores e produtores de leite.

Dirceu da Silva (PSD) pediu à liderança do governo que encaminhe providências junto ao Poder Executivo. Ele se mostrou preocupado com a estrada do distrito de Bom Jardim das

Pedras, que se encontra em péssimas condições. Apontou problemas também no povoado da Gerais e no trecho de estrada que se inicia no restaurante Bistecão, às margens da Fernão Dias.

Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD) citou ponto de estrada na Vargem Grande onde a passagem está bloqueada tanto no sentido de Carmópolis como no de Oliveira. Para ele o prefeito terá que traçar um bom planejamento de recuperação das estradas, pois caso contrário não conseguirá consertar toda a grande malha viária do município.

— REQUERIMENTOS —

Requerimentos individuais

Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD)

Povoado da Mata - Que seja estudada uma maneira para realizar melhorias no mata-burro que dá acesso à fazenda da Senhora Letícia, no Povoado da Mata, tendo em vista que devido às chuvas os moradores do local estão ficando ilhados.

Rua Antônio Miguel de Aquino - Que sejam realizados reparos nas canaletas da Rua Antônio Miguel de Aquino, localizadas no Bairro de Fátima.

Iluminação de praças - Que seja providenciada a iluminação da Praça José Luiz de Assis Tacco e da Praça José Rodrigues, localizadas na Rua Dorvelino Rabelo Costa.

Placas de identificação - Que seja encaminhado ao Poder Executivo, para reivindicar a instalação de placas identificando as ruas, bairros, bem como de sinalização de trânsito em nosso município, uma vez que a agência dos correios não entrega correspondências em alguns locais, como por exemplo no Bairro Santa Helena, devido à falta de placas de identificação, esclarecendo ainda que este pedido já foi feito anteriormente através do requerimento nº 19 de 18/03/2019. Em relação às placas de sinalização, não existem nem na horizontal, nem na vertical, dificultando para os motoristas, principalmente visitantes de outras cidades.

Que seja vista a possibilidade de concessão de transporte ou até mesmo o transporte público nos bairros: Residencial Padre José Erlei de Almeida, Graminha, Santo Antônio e Nossa Senhora de Fátima. Que seja feita uma pesquisa sobre os melhores horários que atendam a demanda dos trabalhadores que fizeram tal reivindicação.

Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD)

Rua Frankilin Lopes do Amaral - Atendendo solicitação da Senhora Maria Teresa de Souza Resende, que sejam tomadas algumas medidas para diminuir a velocidade dos veículos que trafegam na Rua Frankilin Lopes do Amaral, localizada no Bairro Bela Vista, principalmente nas proximidades do nº 523, como a instalação de placas de sinalização e construção de quebra-molas, tendo em vista a ocorrência de acidentes no local.

Convocação - Atendendo solicitação do Vereador Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara na reunião ordinária do dia 03/02/2020, que sejam convocados para estarem presentes na reunião ordinária do dia 17 de fevereiro de 2020, a secretária municipal de Saúde e o funcionário

Gilson, conhecido popularmente como "Denguinho", para esclarecimentos sobre relato feito pelo vereador mencionado, alegando que o senhor Gilson funcionário da saúde, na função de motorista plantonista da Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora do Carmo, deslocou um paciente que aguardava uma cirurgia de apendicite do hospital até a cidade de Oliveira para uma cirurgia particular, sem a devida autorização da entidade. Um ato de negligência segundo o vereador que deve ser fiscalizado, uma vez que poderia ter gerado transtornos para o médico que atendeu e efetuou a internação, bem como para a Secretaria de Saúde e o município, caso tivesse ocorrido alguma complicação no estado de saúde do paciente.

Bairro Aparecida e Rua Orides Pinheiro - Atendendo reivindicação de moradores e usuários de passagem de acesso dos moradores do Bairro Aparecida e Rua Orides Pinheiro, que moram nos fundos, que seja vista a possibilidade e construir uma rampa com corrimão em substituição às escadas localizadas no beco de acesso existente no local, próximo à residência de número 300, bem como a instalação de manilhas para canalização da água que desce no local, uma vez que está prejudicando as 04 famílias que residem naquela passagem, (fundos), bem como as pessoas que utilizam aquela passagem como acesso para o Bairro Aparecida, facilitando inclusive para mães que transportam carrinhos de bebês, idosos e cadeirantes.

Onaldo José dos Santos (PSDB)

Rua José Teixeira Costa - Que seja encaminhado ao Poder Executivo, o pedido para colocação de lâmpadas na Rua José Teixeira Costa, no Bairro Açude, atendendo reivindicação dos moradores. Já existe rede elétrica na via, necessitando apenas da iluminação pública, uma vez que o local é muito escuro.

Rua Padre Eustáquio - Que seja efetuada a instalação de manilhas na Rua Padre Eustáquio, no Bairro Aparecida, para evitar que as águas invadam os lotes, causando transtornos para os moradores, uma vez que levam muito lixo e sujeira. O setor de obras do município já fez uma vistoria no local e já está ciente da necessidade de tal obra.

João Francisco Vieira (PSD)

Povoado do Capão - Que seja efetuada a instalação de um mata-burro, em substituição a uma porteira existente na divisa do terreno do senhor Almir, com a propriedade do senhor conhecido popularmente como "Lulu do Norico", no Povoado do Capão, atendendo reivindicação de moradores e usuários.

Estudantes que fizeram o ENEM recebem aplausos na Câmara

Discursando durante a sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 3 de fevereiro de 2020, o vice-presidente do Legislativo, Marcelo de Freitas dos Reis (DEM), parabenizou a todos os estudantes carmopolitanos que fizeram a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sendo que muitos deles já conseguiram vagas em diversas universidades de Minas Gerais e de outros estados do Brasil.

Como exemplo, Marcelo citou o caso de sua filha, aprovada em Medicina na Universidade Federal de São João Del Rei. Em nome dela, o vereador cumprimentou a todos os estudantes que se esforçam para terem sucesso nesse Exame, que pode ser o início de uma boa carreira profissional.

O ENEM foi criado em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes concluintes do ensino médio. A partir de 2004, a prova passou a ser

utilizada como ferramenta para ingresso em instituições do ensino superior e, em 2010, com sua inclusão no Sistema de Seleção Unificada (SISU), foi reconhecido como o maior e mais completo exame educacional do Brasil. Ao longo de sua criação, o Enem acabou substituindo o tradicional vestibular realizado por faculdades e universidades nacionais, tornando-se hoje ferramenta para concessão de bolsas de estudo parciais e integrais em faculdades particulares, através do Programa Universidade Para Todos (PROUNI).

O exame é também o método utilizado para que estudantes obtenham os financiamentos disponibilizados pelo governo federal: Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa de Financiamento Estudantil (P-FIES). O exame contempla ainda estudantes de cursos técnicos por meio do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTEC).

CARMOPOLITANO EXERÇA SUA CIDADANIA

Participe das sessões do Legislativo e saiba o que os vereadores fazem por Carmópolis de Minas

Toda Segunda-feira, às 18h30

Velório volta a ser motivo de questionamentos

O único velório municipal existente em Carmópolis de Minas voltou a ser motivo de questionamentos no plenário da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas. O assunto foi abordado pelo vereador Dirceu da Silva (PSD), **-foto ao lado-** durante a sessão ordinária realizada no dia 3 de fevereiro de 2020. Dirceu informou que os problemas estruturais do imóvel, várias vezes apontados pelo Legislativo, parece que só serão resolvidos depois da manifestação da presidente da Associação Comercial e Industrial de Carmópolis de Minas (ASCINCAR), Sônia Aparecida Cordeiro Padilha, não tendo bastado todos os pedidos feitos pelos vereadores no transcorrer de 2019.

De acordo com ele, finalmente parece que a Prefeitura realizará as obras necessárias, havendo a possibilidade, inclusive, de o atual



João Bosco Ribeiro

imóvel ser demolido para a construção de uma nova estrutura. Dirceu lembrou que os momentos de dor passados naquele local por famílias que perdem seus entes queridos precisam ser pelo menos diminuídos com o oferecimento de um pouco mais de conforto, num ambiente que hoje apresenta muitas goteiras, calor excessivo e outros problemas.

O vice-presidente da Casa, vereador Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) endossou os argumentos apresentados por Dirceu, afirmando que

a presidente da Associação teve a felicidade de conseguir a obra, coisa que os vereadores não conseguiram, apesar de terem se cansado de pedir. E lamentou que os vereadores não sirvam para nada, a não ser para votar matérias no plenário. “É vergonhoso para nós constatar que foi necessário uma pessoa de fora pedir, para que essa obra fosse realizada”, concluiu o vereador, na esperança de que finalmente o serviço seja feito, pois os vereadores têm insistido nesse pedido há vários anos.

Estacionamento Rotativo é solução para escassez de vagas no centro

A necessidade da Prefeitura instituir o sistema de estacionamento rotativo nas vias centrais de Carmópolis de Minas voltou a ser citada na Câmara Municipal. Durante a sessão ordinária realizada no dia 10 de fevereiro de 2020, o vice-presidente da Casa, Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) **-foto ao lado-**, mostrou a importância da mudança já reclamada por grande parte da população. O estacionamento pago seria a solução para a escassez de vagas no centro comercial da cidade.

Marcelo afirmou que a cidade de Oliveira, vizinha a Carmópolis, voltou a implantar o sistema, desta vez dentro das normas previstas na municipalização do trânsito, com licitação da empresa concessionária. Apesar de queixas e desacertos no início de sua implantação, o sistema já mostra bons resultados, desafogando o trânsito no centro daquela cidade.

O vereador lembrou que nos últimos anos a Câmara vem mostrando os problemas e reiterando a necessidade de uma solução. A Prefeitura desenvolveu um plano de mobilidade urbana, que tramita no



João Bosco Ribeiro

Legislativo, mas até agora não se tocou no tema de forma efetiva. Marcelo pediu ao líder do governo no plenário, vereador Geraldo Lucas (DEM), que informasse o plenário sobre o Plano de Mobilidade, a municipalização do trânsito e a possível implantação do Faixa Azul.

“Os proprietários de veículos não suportam mais o problema, não conseguindo sequer uma vaga para parar no centro da cidade”, afirmou o vereador, apontando que a própria população enxerga a necessidade das alterações.

José Munir Machado (PSDB) concordou com os argumentos apresentados por Marcelo, afirmando que Carmópolis já devia ter resolvido esse problema, algo que vem sendo cobrado pelos vereadores e pela própria população há

bastante tempo.

O líder do governo no plenário, vereador Geraldo Lucas (DEM) informou que o Plano de Mobilidade já se encontra no Poder Legislativo para discussão e votação, já tendo, inclusive, recebido parecer jurídico. Ele pediu aos seus colegas que se empenhem no estudo da matéria que vai impactar diretamente na vida dos carmopolitanos. Lembrou que foram realizadas várias audiências públicas para discutir o tema com a população e alertou que somente após a aprovação do Plano será possível partir para a municipalização do trânsito e a instalação do sistema de estacionamento rotativo. Foi o que ocorreu em Oliveira, onde por duas vezes implantaram o sistema e tiveram de cancelá-lo por falta da municipalização.

Vereadores aprovam concessão de subvenções e contribuições em 2020

Foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, com uma emenda modificativa, o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a conceder Subvenções Sociais e Contribuições no Exercício de 2020. No total, a Prefeitura vai repassar a instituições que operam projetos sociais, a quantia de R\$ 867.000,00. O projeto original previa a seguinte distribuição:

Subvenções - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - FUNDEB - R\$260.000,00; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - Assistência Social R\$ 74.000,00; Associação dos Congadeiros de Carmópolis de Minas - R\$10.000,00; Associação de Folias de Reis de Carmópolis de Minas - R\$6.000,00; Banda de Música Santa Cecília - R\$48.000,00; Lar São Vicente de Paulo - R\$248.000,00; Projeto Semeando Esperança e Resgatando Vidas - R\$30.000,00; Associação Carmopolitana de Proteção aos Animais - DOGLAR - R\$24.000,00. Total das subvenções a serem concedidas pelo município em 2020 - R\$700.000,00.

Contribuições-EMATER-Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural - R\$72.000,00; Independente Futebol Clube - R\$25.000,00; Tupanara Futebol Clube - R\$25.000,00; Clube Recreativo Carmopolitano - R\$15.000,00; Associação Circuito Turístico Campo das Vertentes - R\$12.000,00; Associação dos Corredores de Rua de Carmópolis de Minas - R\$6.000,00; Federação de Motociclismo do Estado de Minas Gerais - R\$12.000,00. Total das contribuições a serem concedidas pelo município em 2020 - R\$167.000,00.

Por meio de duas emendas

modificativas aprovadas também por unanimidade, os vereadores Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara (PSDB); Geraldo Lucas (DEM); Célio Roberto Azevedo (PSD); Gilberto Arnaldo de Freitas (PSD) e João Francisco Vieira (PSD), todos eles membros das comissões permanentes da Casa, realizaram as seguintes alterações no projeto original do Poder Executivo:

Redução do valor de R\$1.000,00 destinados ao Projeto Semeando Esperança e Resgatando Vidas e inclusão de R\$ 500,00 para a Associação Casa UP e R\$ 500,00 para a Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Carmópolis de Minas, que não estavam incluídas para serem contempladas com subvenções no exercício de 2020. De acordo com Geraldo Lucas, esses valores são apenas simbólicos, podendo ser suplementados pelo Poder Executivo e sendo estabelecidos apenas para se ter a previsão orçamentária.

Redução do valor de R\$ 4.000,00 da Federação de Motociclismo do Estado de Minas Gerais e distribuição da seguinte forma: acréscimo de R\$ 1.000,00 para o Independente Futebol Clube e R\$1.000,00 para o Tupanara Futebol Clube, que passaram de 25 para 26 mil reais em contribuição e mais R\$2.000,00 para a Associação dos Corredores de Rua de Carmópolis de Minas, que passou de seis para oito mil reais.

A liberação dos recursos somente ocorrerá mediante celebração de termo de cooperação ou outro equivalente, nos termos da Lei Federal 13.019/2014, entre o Município e a Entidade interessada, no qual se estabelecerá as condições de cooperação mútua entre as partes.

Requerimento pede transporte público para bairros distantes

O vereador Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD) **-foto à direita-** apresentou um requerimento, durante a sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 3 de fevereiro de 2020, propondo ao Poder Executivo a instituição do transporte público coletivo para os bairros Residencial Padre José Erley de Almeida, Graminha, Santo Antônio e Nossa Senhora de Fátima.

O vereador explicou ao plenário que os moradores do Residencial Padre José Erley, que não dispõem de veículos próprios, comunicaram a ele a necessidade de contarem com o transporte coletivo para se locomoverem, especialmente ao se dirigirem ao trabalho e na volta para casa. Em pesquisa realizada em algumas cidades, o parlamentar constatou a existência desse tipo de transporte gratuito nas cidades de Campo Belo, Itatiaiuçu, Monte



João Bosco Ribeiro

Carmelo e Muzambinho. Para ele, a Prefeitura deveria oferecer esse serviço, principalmente nos horários de pico, quando os trabalhadores têm essa necessidade de deslocamento.

O vereador acrescentou que a implementação do transporte coletivo poderia ajudar a sanar a falta de vagas de estacionamento no centro da cidade.

Ainda sobre o Residencial Padre José Erley, o vereador Dirceu da Silva (PSD) lembrou que aquele bairro

também não conta com serviço de entrega de correspondências por meio dos Correios.

Geraldo Lucas (DEM) - líder do governo no plenário parabenizou a iniciativa de seu colega Betinho, afirmando que já havia conversado com o prefeito Geraldo Antônio da Silva (PSD) sobre a necessidade de Carmópolis criar esse tipo de transporte público nos bairros, alguns deles muito afastados do centro da cidade. Para ele o serviço iria contemplar aqueles que dele mais precisam.

Câmara aprova novo Sistema Tributário Municipal

O Poder Legislativo de Carmópolis de Minas aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar nº 09, que dispõe sobre a legislação tributária do município, normas complementares de direito tributário e a ele relativas, e disciplina a atividade do fisco municipal. A lei dispõe sobre fatos geradores, incidência, alíquotas, lançamento, cobrança e fiscalização dos tributos municipais, e estabelece normas de direito a eles relativas.

Além dos tributos que forem objeto de transferência ou repartição por parte da União e do Estado, integram o Sistema Tributário do Município: os impostos: a) Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU; b) Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN; c) Sobre a Transmissão (Inter-Vivos) de Bens Imóveis – ITBI. As taxas: a) Decorrentes

das atividades de Poder de Polícia do Município; b) Decorrentes de atos relativos à utilização efetiva ou potencial de serviços públicos prestados ou postos à disposição pelo Município; c) Taxas de serviços administrativos. A Contribuição de Melhoria e a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (CIP).

Fica o Poder Executivo autorizado a isentar de taxas de aluguel e liberação de alvará de funcionamento, os eventos de relevância cultural, artística ou recreativa, cuja realização expresse manifestações tradicionais do município.

O cadastro fiscal da Prefeitura compreende: I – O cadastro imobiliário; II – O cadastro de produtores, industriais e comerciantes; III – O cadastro de prestadores de serviços; IV – O cadastro de profissionais liberais; V – O cadastro de usuários avulsos ou

esporádicos.

Os valores venais dos imóveis inscritos no cadastro fiscal serão atualizados dentro dos critérios da Lei no dia 31 de dezembro de cada ano, e utilizado como base de cálculo dos Impostos Predial e Territorial Urbano, a serem cobrados no ano subsequente. Se assim não for feito, os valores venais serão corrigidos automaticamente, pelo índice do IPCA apurado no ano anterior através de ato próprio do prefeito municipal à época da cobrança.

A inscrição no cadastro de produtores, comerciantes, industriais e prestadores de serviços será feita pelo responsável ou seu representante legal, que preencherá uma ficha de inscrição para cada estabelecimento.

O texto integral da nova lei e seus anexos poderão ser acessados pelo contribuinte no portal da Prefeitura de Carmópolis de Minas.

Obras do SESAM deixam buracos e depressões nas ruas

Discursando durante a sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 3 de fevereiro de 2020, o vereador Célio Roberto Azevedo (PSD) -*foto ao lado*- voltou a falar sobre problemas verificados nas obras referentes às redes de água e esgoto realizadas pelo Serviço de Saneamento Ambiental Municipal (SESAM) nas ruas de Carmópolis e já apontados por ele no final de 2019.

De acordo com o vereador, o órgão abre o asfalto para promover consertos ou expansões nas redes, mas os buracos não são bem



João Bosco Ribeiro

fechados, provocando estragos e depressões na pavimentação. Acrescentou o parlamentar que o período chuvoso agrava ainda mais o problema, afetando diretamente os usuários das vias.

Célio afirmou que tanto ele como os outros vereadores são muito

cobrados sobre essa questão e por isso seu colega Geraldo Lucas (DEM) propôs, também no final do ano passado, enviar um convite ao diretor da autarquia, para que fale na Câmara sobre o assunto, com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço.

Conselheiro de saúde utiliza ambulância do SUS para atendimento particular

Falando durante a sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 3 de fevereiro de 2020, o vereador Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara – líder do bloco do PSDB - *foto à direita* -, relatou um caso ocorrido na Santa Casa de Misericórdia, quando um paciente que aguardava por cirurgia foi retirado daquele hospital pelo condutor da ambulância do município, sendo transferido para a cidade de Oliveira, para ser submetido a uma intervenção particular, utilizando um veículo do Sistema Único de Saúde (SUS).

Gabriel fez um requerimento verbal para que a secretária municipal da Saúde esclarecesse o comportamento do condutor da ambulância, que também é conselheiro municipal de saúde. O presidente do Legislativo, Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD), formalizou um requerimento convidando a secretária e o funcionário envolvido a prestarem esclarecimentos na Câmara.

O motorista Gilson Luiz Machado



João Bosco Ribeiro

compareceu à sessão ordinária do dia 02 de março de 2020, juntamente com a secretária adjunta da Saúde Andréia Lúcia Rodrigues do Amaral. Eles responderam aos questionamentos dos vereadores e afirmaram que a transferência foi solicitada pelo setor de enfermagem do hospital, como é de praxe nesses casos, e que o motorista somente cumpriu uma ordem, dentro de sua função específica, que é a de conduzir o veículo até o destino programado.

Na mesma sessão Antônio Gabriel reafirmou que o problema

não é o local onde a cirurgia foi realizada e sim a transferência inter-hospitalar de paciente particular, utilizando transporte público. Reafirmou que o condutor não tem autonomia e não competia a ele decidir por essa transferência, uma vez que não foi solicitado por nenhum médico ou enfermeiro do hospital, sendo caracterizado abandono de função de condutor do SUS em pleno plantão. E reiterou querer saber quais providências administrativas serão tomadas em relação ao funcionário.

Falta de segurança ronda posto de saúde de distrito

Um ato de violência ocorrido no posto de saúde do distrito de Bom Jardim das Pedras está gerando medo e apreensão nos usuários, médicos e trabalhadores. O fato foi abordado pelo vereador Onaldo José dos Santos (PSDB) -*foto ao lado*-, durante a sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 17 de fevereiro de 2020. Onaldo contou que foi chamado no local, onde por algum tempo teve que atuar como segurança.

O parlamentar disse que a Prefeitura já comunicou a impossibilidade de contratar seguranças para o local, mas que é urgente a busca por uma solução. Na semana anterior um motorista da Prefeitura também permaneceu no local como segurança. Para o vereador o fato é grave, pedindo ao poder público que se mobilize em torno da questão. “As decisões precisam ser tomadas agora, antes de lamentarmos a ocorrência de problema mais grave”,



João Bosco Ribeiro

alertou o vereador.

João Francisco Vieira (PSD) informou que também foi procurado por servidores do posto de saúde, que se queixaram da falta de segurança no local. Disse, ainda, que conversou com o prefeito Geraldo Antônio da Silva (PSD) sobre o problema. O chefe do Executivo lhe disse que não pode contratar seguranças apenas para um posto de saúde e se isso ocorresse teria de ser para

todas as unidades, o que é inviável no momento.

Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD) definiu o fato ocorrido no posto de saúde como lamentável. Segundo ele, um cidadão invadiu o local, arrombou a porta de um banheiro e pulou por uma janela. Gilberto reforçou o argumento de que a situação é séria, pois afeta o trabalho de médicos e funcionários, que estão com medo de serem agredidos.

Santa Casa é interdita por irregularidades

A Santa Casa de Misericórdia, único hospital de Carmópolis de Minas, foi interdita pela Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais no dia 12 de fevereiro, ficando impedida de realizar cirurgias eletivas e internações. A medida foi tomada devido ao descumprimento, por parte da unidade, das notificações emitidas desde o fim do ano passado e também por falta do alvará de funcionamento que se encontrava vencido. O assunto dominou a sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 17 de fevereiro de 2020, quando os vereadores criticaram a atual direção do hospital e consideraram como gravíssima a desassistência à população.

Falando na condição de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que já investiga possíveis irregularidades naquela unidade de saúde, o vice-presidente do Legislativo, vereador Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) informou que teve acesso ao laudo que culminou na interdição. De acordo com ele, no dia 6 de dezembro de 2019 a Vigilância Estadual esteve na Santa Casa para uma inspeção de rotina, tendo detectado alguns itens para serem corrigidos. Foi estabelecido um prazo para a correção dos problemas, não cumprido pelos responsáveis. No dia 9 de janeiro de 2020 a direção do hospital foi notificada, estabelecendo-se prazo de trinta dias para as devidas correções, o que também não foi feito. No dia 12 de fevereiro a Vigilância retornou a Carmópolis e interdita a unidade, permitindo o funcionamento apenas das consultas médicas no ambulatório. Pacientes internados tiveram de ser transferidos.

Motivos da interdição

Considerando a ocorrência como “lamentável”, Marcelo mostrou alguns motivos específicos da interdição contidos no laudo. Entre eles foi apontada como de suma gravidade a falta de manutenção preventiva em equipamentos. O vice-presidente listou, ainda, laudo insatisfatório quanto à qualidade da água utilizada na instituição e falta de carrinho para emergências.

Marcelo deixou claro para a população carmopolitana, que a Câmara está investigando, por meio da CPI, possíveis irregularidades cometidas dentro da Santa Casa. Disse que, com base no que já foi apurado, é possível afirmar que o problema da Santa Casa é de má gestão, existindo, inclusive, apropriação indébita. Explicando, Marcelo revelou que a Santa Casa tem hoje uma dívida que já ultrapassa um milhão de reais, com obrigações tributárias não repassadas aos cofres da União, entre elas imposto de renda retido na fonte; contribuições sindicais e INSS. Por conta da inadimplência, o hospital está impedido de receber



João Bosco Ribeiro

CPI investiga irregularidades no hospital de Carmópolis.

recursos, tanto do Estado quanto da União, pois não consegue emitir sua Certidão Negativa de Débitos (CND).

O presidente da CPI afirmou, também, que a Santa Casa trabalha hoje com a folha de pagamento em atraso, não deposita o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nas contas de seus funcionários e não possui contrato de trabalho com nenhum dos médicos que a ela prestam seus serviços, podendo acarretar demandas na Justiça do Trabalho, aprofundando ainda mais os problemas.

O repasse mensal de R\$ 236 mil feito pelo município corresponde a 70% da receita da unidade de saúde, mas a bola de neve das dívidas dificulta cada vez mais a priorização dos pagamentos. A CPI também já detectou o pagamento de mais de R\$129 mil de juros relativos a empréstimos contraídos junto a instituições financeiras. Ainda de acordo com Marcelo, a Santa Casa trabalha hoje com uma contabilidade que não é a correta, utilizando o regime de caixa, que deixa dúvidas e possibilidades de fraudes. O certo seria o regime de competência.

Marcelo acrescentou que a interdição imposta pela Vigilância Sanitária reforça a tese de má-gestão, já detectada pela CPI e que a Comissão não tem o poder de punir os possíveis responsáveis, mas de apenas apurar as irregularidades e levá-las ao Ministério Público (MP), ao qual será solicitada uma intervenção na Santa Casa, que será benéfica ao povo de Carmópolis. Como exemplo ele citou o caso da Santa Casa da cidade de Oliveira, que estava para ser fechada definitivamente, sendo salva pela intervenção do MP, por meio de uma junta interventora composta de pessoas habilitadas e não ligadas a facções políticas. Hoje a Santa Casa de Oliveira é referência regional e só tende a expandir.

“A Santa Casa não é lugar para se fazer política, pois é uma entidade do povo, que precisa de uma diretoria isenta, que evite o sofrimento do povo por conta de picuinhas políticas”, concluiu o presidente da CPI.

O que disseram os vereadores

O vereador **Célio Roberto Azevedo (PSD)** afirmou que a corda sempre arrebenta do lado mais fraco, e isso o deixa triste. Quem paga é o povo.

Para ele o município possui condições financeiras para fazer uma Santa Casa de referência, instalada em um grande prédio, mas que naquele momento se encontrava lamentavelmente interdita. Célio acredita que a CPI renderá bons frutos e espera que o Ministério Público possa intervir, no sentido de dar continuidade ao serviço. Afirmou, ainda, que quem manda na Santa Casa é o povo e não as pessoas que a administram e que nos últimos vinte anos a tomaram da população.

José Munir Machado (PSDB) endossou as palavras de Marcelo, lembrando que, uma Santa Casa que já funcionou tão bem e era referência na região, hoje se encontra acabada, o que é um fato muito triste para Carmópolis, para os políticos e para todos que precisam do atendimento médico. Munir reforçou o argumento de que se trata de má gestão e acrescentou que os administradores públicos colocam gente incompetente e sem compromisso com o povo na direção do hospital. “A Santa Casa foi notificada sobre os problemas por duas vezes, em dezembro de 2019 e janeiro de 2020 e ninguém ficou sabendo disso”, acrescentou Munir, mostrando que, como nada foi feito, permitiram que ela fosse interdita, impedindo o atendimento a quem mais precisa. Ele também concorda com a ideia de que, para voltar a funcionar, a Santa Casa precisa de uma intervenção do Ministério Público, colocando na administração gente responsável e que tenha compromisso com o povo. Munir isentou o prefeito Geraldo Antônio da Silva (PSD) dos problemas atuais da Santa Casa, lembrando que o Poder Executivo repassa à instituição mais de duzentos mil reais por mês. O vereador pediu que a Mesa Diretora convide a atual administração do hospital para comparecer à Câmara e explicar ao povo o que ocorreu e por que ainda não prestou contas dos valores que tem recebido mensalmente da Prefeitura.

Geraldo Lucas (DEM) – líder do governo no plenário lamentou a situação vivenciada na Santa Casa. Ele citou a boa evolução de hospitais de outras cidades da região, como o de Oliveira, hoje uma referência regional, Itaguara e Passa Tempo. “Infelizmente o de Carmópolis não evolui há bastante tempo. Vemos os postos de saúde, praticamente todos reformados, com médicos e bom atendimento, mas a Santa Casa não consegue avançar”,

historiou o líder. Para ele a instituição filantrópica é utilizada para promoção política, criando situações para jogar a culpa no atual prefeito, que vem repassando à instituição verba de R\$ 236 mil mensalmente, conforme determinado pela Justiça. Porém, mesmo com mais recursos, a Santa Casa não está conseguindo se administrar. Revelou que, há pouco tempo, cerca de R\$ 100 mil foram disponibilizados para a entidade, que, entretanto, não pôde receber o dinheiro, por falta de documentação, tendo o dinheiro voltado para o governo federal.

Sérgio Damião Moraes (PSDB) também lamentou o ocorrido na Santa Casa. Lembrou que, nas festividades do final de ano, havia uma barraca armada na praça com o objetivo de arrecadar dinheiro para a Santa Casa, mas parece que não foi utilizada em nenhum momento. A exemplo da Igreja Católica, que sempre utilizou esse tipo de iniciativa para conseguir reformar a matriz de Carmópolis, ele afirmou que o uso de carnês e exploração de barracas em festas populares podem trazer bons resultados financeiros para a instituição. E disse alimentar a esperança de que a Santa Casa volte a prestar o necessário serviço a todos.

Dirceu da Silva (PSD) afirmou que a Santa Casa só continua funcionando graças à evolução ocorrida nos postos municipais de saúde, cuja estrutura tem sido elogiada por todos. Para ele, a provedoria do hospital tem que ser indicada pelo município, para que, em caso de má gestão, o responsável seja substituído imediatamente.

Onaldo José dos Santos (PSDB) disse que confia no trabalho dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a Santa Casa, pessoas que estão fazendo as devidas avaliações sobre o que realmente ocorre no hospital. Ele lamentou a interdição do hospital que já foi referência na região, mas que agora está impedido de realizar internações, tendo os pacientes de serem transferidos para outras cidades. Onaldo pediu ao provedor e demais responsáveis que resolvam o problema o mais rápido possível.

Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD) também lamentou a interdição da Santa Casa. Como membro da CPI, disse que falará assim que o relatório for concluído. Ele ressaltou que esse é um trabalho complexo e longo, que requer ações de peritos, mas os membros da Comissão estão atentos e atuam para agilizar a sua conclusão. E pediu uma solução urgente para a interdição, pois o povo de Carmópolis não merece passar por esse tipo de constrangimento.

Retorno às atividades

De acordo com comunicação feita pelo presidente da CPI, Marcelo de Freitas dos Reis, durante a sessão ordinária realizada no dia 02 de março de 2020, a Santa Casa cumpriu as exigências da Secretaria de Estado, voltando a funcionar no final do mês de fevereiro.

Presidente presta contas de seu primeiro ano de administração

Em sua primeira manifestação oficial no ano de 2020, o presidente da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, vereador Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD) -foto ao lado-, dirigiu-se aos seus pares durante a sessão ordinária do Legislativo realizada no dia 3 de fevereiro, para comunicar que o exercício de 2019 foi finalizado com pleno êxito e normalidade, agradecendo o trabalho do setor jurídico, sob o comando do advogado Lucas Abdo. O presidente também agradeceu ao corpo de funcionários da Câmara e aos seus colegas vereadores por tudo que realizaram, sempre em favor da população carmopolitana.

Antônio Pinto prestou contas de seu primeiro ano de administração. Além das despesas de manutenção da secretaria e corpo legislativo, foram efetuadas as seguintes despesas e investimentos:

1- Confeção de plataforma MDF para o plenário - R\$5.210,00; 2- Aquisição de central P.A.B.X com ramais por toda extensão do prédio - R\$3.253,20; 3- Uniformização dos servidores da Câmara Municipal - R\$2.482,00; 4- Cobertura da entrada do prédio da



João Bosco Ribeiro

Câmara Municipal; 5 - cobertura e pias na área de serviço externa da Câmara; 6 - construção de dois banheiros na área de cozinha e garagem - R\$27.574,84; 7- Eletrodutos externos para passagem de cabos em toda a extensão do prédio da Câmara - R\$3.292,00; 8- Monitores de sistema de segurança e aquisição de cronômetros para o plenário

da Câmara - R\$ 3.828,00; 9- Instalação de porta de vidro para a secretaria da Câmara Municipal - R\$ 980,00, 10- Manutenção mensal dos jardins da sede do legislativo em todo o ano de 2019 - R\$3.720,00; 11- Contratação de vigia para a portaria do prédio durante o horário de expediente para reforçar a segurança. Valor mensal - R\$ 1.161,62; 12- Cursos de capacitação dos vereadores e assessores - R\$ 34.606,97; 13- Reforma dos móveis da sala de espera e escritórios - R\$ 740,00; 14- Pintura do portão de entrada dos fundos da Câmara e reforma - R\$800,00; 15 - Placas de produção de energia solar que resultará em economia de 90% na conta de energia por mês - R\$46.550,00; 16- Aquisição de um monitor 15 polegadas para funcionamento das câmeras de segurança e aquisição de um monitor led 32 polegadas para as câmeras de segurança - R\$3.418,00; 17- Devolução total de 376.999,50 referentes a saldo de dotações não utilizadas, juros e outras devoluções para fechamento das contas do município no exercício de 2019 e devolução de 161.475,26 em janeiro de 2020 referentes a dotações não utilizadas em 2019.

Cidadã pede encaminhamento de projeto para construção de templo



João Bosco Ribeiro

Tribuna Livre

A cidadã Cristina Paolinelli Rabelo ocupou o espaço dedicado à Tribuna Livre, durante a sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 17 de fevereiro de 2020, para lembrar os vereadores quanto ao retorno à pauta de votação do projeto de lei do Poder Executivo que repassa terreno à Diocese de Oliveira para construção de uma igreja no Bairro Graminha.

Em dezembro de 2019, um parecer da Assessoria Jurídica da Câmara apontou a inconstitucionalidade da doação, motivo pelo qual não pôde ser aprovada pelos vereadores. De acordo com o parecer, a simples doação de imóveis públicos para entidades religiosas é inconstitucional, pelo fato de o Estado Brasileiro ser laico.

Entretanto, o município encaminhou outro projeto à Câmara Municipal, pretendendo realizar uma doação em pagamento, com a finalidade de adimplir uma dívida com a Paróquia Nossa Senhora do Carmo, pois o município desapropriou um terreno da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo - Mitra Diocesana de Oliveira, com 354 metros quadrados, localizado na comunidade de São Geraldo, no Distrito do Bom Jardim das Pedras, para o alargamento de uma via pública. Mas apesar de já ter registrado o imóvel em seu nome, ainda não havia indenizado a Paróquia pela desapropriação, conforme determina a lei.

Enquanto na doação uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra, que aceita receber e constitui ato entre

vivos, na dação ocorre a entrega de uma coisa em pagamento de outra que se devia. Assim, a dação em pagamento é um acordo de vontades entre credor e devedor, por meio do qual o primeiro concorda em receber do segundo, para exonerá-lo da dívida.

O secretário da Mesa diretora, vereador Gilberto Arnaldo de Freitas - Betinho (PSD) externou sua alegria com o envio à Câmara de um novo projeto, solucionando a questão e encaminhando o terreno para a construção da capela dedicada a São Francisco. Ele parabenizou Cristina pelo esforço e boa vontade demonstrados, comparecendo à Câmara para pedir em favor da obra.

Cristina recebeu a informação de que o projeto de lei, devidamente modificado, já se encontrava em trâmite na Casa.

Vereadores lamentam tragédia das chuvas em Minas



Reproação G1/Minas

Os intensos fluxos chuvosos que se abateram sobre alguns pontos de Minas Gerais, especialmente na região metropolitana de Belo Horizonte, causando mortes, alagamentos e prejuízos à população, foram citados pelo vereador Célio Roberto Azevedo (PSD), durante discurso realizado na sessão ordinária do dia 3 de fevereiro de 2020 da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas. O parlamentar lamentou os acontecimentos e se solidarizou com as famílias afetadas.

Também o vereador Geraldo Lucas (DEM) mencionou o problema que afetou muitos municípios mineiros e agradeceu o povo de Carmópolis pelo espírito de solidariedade demonstrado por todos que participaram da campanha de arrecadação de roupas e alimentos enviados às cidades mais afetadas.

Ele acrescentou que felizmente em Carmópolis, apesar da proximidade com a capital de Minas, nada de mais grave ocorreu, apenas pequenos problemas em algumas ruas e estradas rurais prontamente solucionados pela Prefeitura.

Dirceu da Silva (PSD) também prestou sua solidariedade às vítimas das chuvas, destacando que realmente em Carmópolis não foram verificados problemas mais graves, além de perdas nas estradas rurais e em algumas ruas.

Sobre o mesmo assunto o vereador Onaldo José dos Santos (PSDB) destacou

o problema de bueiros existentes na Rua Padre Eustáquio, no Bairro Aparecida, que não têm suportado o volume de águas pluviais, culminando em alagamentos e transtornos para os moradores. Ele pediu que sejam instaladas manilhas de maior porte, para que futuros problemas sejam evitados. Lembrou que até agora não ocorreram estragos maiores, como desmoronamentos de residências e pavimentação arrancada pela força das águas. Disse, ainda, que os moradores aguardam ansiosamente por essas e outras obras no bairro.

João Francisco Vieira (PSD) também lamentou os problemas causados pelas fortes tempestades que caíram sobre a região metropolitana de Belo Horizonte, causando problemas e prejuízos à população. Ele citou problema ocorrido numa casa na zona rural de Carmópolis invadida pelas águas, que só foram drenadas com aberturas feitas nas paredes, gerando prejuízos aos moradores. O vereador também apontou problemas no povoado da Formiga e em diversos trechos das estradas rurais, que, a seu ver, estão em estado precário.

Fechando a série de pronunciamentos, o vice-presidente Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) também se solidarizou com todos os prefeitos que tiveram seus municípios afetados pelos temporais.